



MPV 766
00119

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA nº - CM
(à MPV nº 759, de 2016)

Art. 1º Dê-se a seguinte redação aos artigos 6º e 7º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017:

“Art. 6º Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos desta Medida Provisória poderão ser convertidos em renda da União, se assim o sujeito passivo desejar.

§1º Na hipótese de o sujeito passivo optar pela conversão em renda da União e o valor depositado exceder o montante do débito após a consolidação e utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de que trata esta Medida Provisória, o saldo remanescente será levantado pelo sujeito passivo.

§2º Caso o sujeito passivo não opte pela conversão em renda da União dos depósitos existentes, estes só poderão ser levantados pelo sujeito passivo após a quitação de 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas.

§ 3º. Na hipótese de depósito judicial, o disposto no *caput* somente se aplica aos casos em que tenha ocorrido desistência da ação ou do recurso e renúncia a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.

Art. 7º Os créditos indicados para quitação na forma do PRT deverão quitar primeiro os débitos não garantidos pelos depósitos judiciais que poderão ser convertidos em renda da União.”

JUSTIFICAÇÃO

A redação original da medida provisória prevê que os depósitos judiciais necessariamente sejam convertidos em renda para a União, para fins de inclusão do débito do sujeito passivo ao Programa de Regularização Tributária.

Contudo, é de extrema importância possibilitar ao sujeito passivo levantar o depósito judicial e optar pelo pagamento com créditos de prejuízo fiscal e base negativa, otimizando o seu fluxo de caixa com o levantamento e utilização dos valores



SF/17257.33467-97



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

depositados no desenvolvimento das suas atividades, notadamente em razão da grave crise econômica e financeira que abala o país.

Não proceder dessa forma, seria penalizar o contribuinte que optou em discutir a matéria que originou o débito pela via judicial, débito este garantido pela forma mais sólida, que é o depósito em dinheiro do montante integral, é dar a ele o mesmo tratamento daquele contribuinte que não optou por essa via, o que não se mostra isonômico.

Assim, a aprovação da presente emenda mostra-se de extrema importância para que o Programa proposto pela MP 766/2017 alcance os objetivos almejados.

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2017.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO



SF/17257.33467-97